

Cidade de São José dos Campos nasceu e cresceu em um tabuleiro suspenso de frente a um ampliado setor de várzeas da planície do Rio Paraíba do Sul. Porém, o rápido e desenfreado processo de industrialização-urbanização do município fez surgir enormes problemas referentes a uso e ocupação da Área de Proteção Ambiental de sua várzea. Segundo Ab'Sáber (1995), por oposição à forte vocação do tabuleiro para efeitos de urbanização, a Várzea do Rio Paraíba do Sul não tem aptidão para a produção de espaços urbanos ou de certos tipos de usos, incompatíveis com seu meio físico. Entretanto, na medida em que a cidade cresceu, todos os espaços foram transformados e vistos como simples mercadoria pela especulação imobiliária, que tornou-se agressiva, aumentando a disputa entre os diversos agentes sociais por uma parcela da terra urbana, atraindo um assédio sistemático pelas terras de várzea contíguas às áreas urbanizadas. Para Santos (1994), a cidade, local de tantas necessidades emergentes que não geram respostas imediatas, está fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Estas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo, buscar uma interpretação abrangente. Dessa forma, objetiva-se com o presente estudo caracterizar e analisar os conflitos sócio-ambientais existentes na Várzea do Rio Paraíba do Sul relacionados às atividades de mineração e ao processo de urbanização do Município de São José dos Campos, avaliando a eficácia das Áreas de Proteção Ambiental como Unidade de Conservação. Para tal, procura-se espacializar o uso e a ocupação do solo para os anos de 1977, 1988 e 2000, buscando avaliar este processo e sua respectiva criticidade em relação à legislação vigente. Com isto, procura-se subsidiar caminhos para políticas públicas de gestão ambiental que superem o dilema entre desenvolvimento ou conservação da qualidade ambiental, garantindo um pacto capaz de justificar empenho e atuação dos atores sociais numa estratégia que torne possível estabelecer essa conciliação.